SILVA JR., João dos Reis & SGUISSARDI, Waldemar. ***Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção.*** **São Paulo, EDUSF, 1999 (Coleção Estudos CDAPH).**

*José Rubens L. Jardilino**

*Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP). Diretor do Depto. de Educação e professor do Programa de Mestrado em Educação da UNINOVE. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Religião e Sociedade (PUC-SP/CNPq.)

O debate em torno da universidade tem sido uma constante nesta "era" *fernandoenriquiana*. Muitos se propõem a fazer um diagnóstico da Universidade Brasileira. A discussão se amplia. Vai desde a publicação de estudos e pesquisas aos ensaios breves, veiculados nos cadernos especiais da imprensa brasileira. Alguns desses textos, apesar de 'comerem' o tema pelas bordas, têm suscitado relevantes pontos para o debate. Brevemente, refiro-me à coletânia de artigos publicados no caderno Mais da *Folha de S.Paulo* (junho/2000), e a outros que daí derivaram, efervescendo a discussão.

O tema tem, maniqueistamente, caído na dicotomia privado *versus* público. O recente livro organizado por Hélgio Trindade[1], resenhado por Irene Cardoso no referido caderno, mostra a perspectiva acadêmico-política do debate público sobre os temas-problema da Universidade nacional, ainda no seu primeiro século de existência, ou seja, na sua plena adolescência. Discutem-se ali os temas contínuos, como autonomia e financiamento, mas sobretudo as relações entre Estado e Universidade no que diz respeito ao público e ao privado. Para usar uma expressão freireana, este parece ser o *tema-dobradiça* da discussão. Jorge Barcellos[2] o percebeu como "ato falho" da *intelligentsia* brasileira, pois a discussão, em geral, tem dado a impressão de que a Universidade Pública é a única universidade e fora dela não há possibilidade de pensamento crítico. Conforme o autor, é a forma absoluta quando se fala de universidade que incomoda, como se a universidade particular, seja ela privada ou *semiprivada* não existisse.

O livro de Silva Jr. e Sguissardi, fruto de ampla pesquisa, insere-se nessa discussão, buscando identificar as novas faces do ensino superior no Brasil nas suas relações com a atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de trabalho e da reforma do Estado. Ao fazerem esse percurso, os autores propõem elementos para entendermos a presente crise do ensino superior, expressa nas estratégias oficiais da Reforma na política educacional do Brasil e as reconfigurações

[1] TRINDADE, Hélgio (org.). *Universidade em Ruína na República dos Professores*. Petrópolis, Vozes, 2000.

[2] BARCELLOS, Jorge. Qual universidade, cara pálida? *Folha de S.Paulo*, 11 jun. 2000, p A/3. (Seção Tendências e Debates.)

que vêm assumindo, sustentadas pela ideologia neoliberal.

A pesquisa que originou essa publicação está pautada por uma série de fatos que balizam os problemas e a hipótese do trabalho. Dentre elas, os autores destacam: a) o conhecido processo de liberalização econômica proposto a países como o Brasil por organismos multilaterais (FMI, BIRD/ Banco Mundial e outros), que significa a busca de equilíbrio; b) as principais ações governamentais recentes, seguindo à risca as diretrizes impostas por esses organismos internacionais; c) as propostas de reforma do aparelho de Estado, originárias do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) que, ao incluírem a adoção de conceitos como 'atividades não exclusivas do Estado e competitivas' [entre elas a educação], 'propriedade pública não-estatal' e 'organização social', prevêem a transformação das atuais Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, em fundações públicas de direito privado, mediante contratos de gestão; d) o combate cerrado ao atual modelo universitário brasileiro, que cria uma distinção entre universidade de pesquisa e universidade de ensino; e) a aprovação de legislação e outras normas legais complementares e emendas constitucionais que apontam na direção de uma liberalização e flexibilização das Instituições de Ensino Superior estatais e não-estatais; f) as persistentes campanhas de desqualificação, em geral, dos serviços públicos e, em particular, da educação superior pública, e de valorização dos serviços privados, ressaltando as potencialidades da educação superior privada.

Seguimos, para apresentar a obra ao leitor, a estrutura proposta pelos autores, que dividiram o texto em quatro capítulos obedecendo a uma reflexão cronológica na análise dos documentos, da legislação da política educacional e, conseqüentemente, do debate sobre o ensino superior no Brasil.

Estratégia e ações governamentais para a reconfiguração do Estado e da educação superior é o título do primeiro capítulo. Nele, os autores apresentam a Reforma do Aparelho do Estado e da Educação Superior, no âmbito do MARE, e a Reforma da Educação Superior, no âmbito do MEC, destacando alguns aspectos marcantes dessas ações oficiais de reforma para melhor análise e demonstração das reações da sociedade civil.

No segundo capítulo, os autores fazem uma reflexão sobre *O público e o privado em face da tendência de mercantilização da educação superior,* procurando entender as relações das reformas em curso, as quais incluem

uma redefinição de conceitos, tais como 'propriedade pública não-estatal', 'semipúblico', 'semiprivado', fundamentando-se nas perspectivas histórico-filosófica, econômica e social dos conceitos de estatal, público e privado no capitalismo, desde Locke, Jefferson, Diderot e Marx até as correntes que se seguiram. Nesse sentido, realiza-se uma análise do movimento de expansão do capital e sua intrínseca racionalidade que, historicamente, submeteu o conhecimento, o saber e a ciência ao status de mercadoria. Atualmente, na sua versão neoliberal, inclui o campo educacional em geral. Essa discussão se faz tendo como referência a ampliação do espaço privado e, conseqüentemente, a restrição do espaço público no âmbito da passagem de um Estado de Bem-Estar Social ao Estado Gestor.

O setor universitário público e as ações de reforma da educação superior compreendem a temática central do terceiro capítulo, no qual os pesquisadores apresentam o debate entre os vários atores e interlocutores desse drama brasileiro – a Educação. Destacam-se aí o projeto de Lei Orgânica das Universidades da ANDIFES e a Proposta para a Universidade Brasileira apresentada pela ANDES-SN[3], como reações à iniciativa da Reforma proposta pelo Estado. Este capítulo encerra-se com um levantamento de temas ou questões das divergências historicamente acentuadas entre esses dois atores sociais, especialmente no que se refere à responsabilidade do Estado com a Educação, ao modelo de Universidade e à sua gestão no campo do ensino e da pesquisa.

O quarto capítulo aborda a problemática do setor privado. Sob o título de *O setor privado e as ações de reforma da educação superior,* procura mostrar a investida do Estado brasileiro na corrida para a privatização desse nível de ensino. Essa História remonta às três últimas décadas deste século, culminando com as condicionantes político-ideológicos que se colocam como condição *sine qua non* para a resolução do problema da educação superior no Brasil. Nesse ponto decisivo do livro, os autores analisam as ações dos representantes dos setores estritamente privados e comunitários, ante as ações do Estado brasileiro, visando à reconfiguração da educação superior no Brasil neste fim de século e de milênio.

Apontamos aqui a importância dessa obra para a discussão sobre política educacional no Brasil, especialmente no que se refere ao ensino superior. Embora não tenham escapado da dicotomia público *versus* privado, que vem acompanhando a temática, os autores o fazem num esforço de aprofundar te-

[3]ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior; ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

oricamente esses dois pólos, destacando sua fluidez, ambivalência e ambigüidade, recolocando, assim, a questão em outros patamares. Buscam compreender a dinâmica dessas categorias nas reformas do ensino superior sob a perspectiva imposta pelo capitalismo, afirmando que " *o entendimento do público e do privado no capitalismo e de seu movimento somente se pode dar com a compreensão do movimento do capital e das crises do capitalismo, que instalam novos modos de conformação do público e do privado, que redesenham entre Estado e sociedade e reconfiguram as instituições da sociedade civil e do Estado. Portanto, a compreensão da reconfiguração da educação superior, no Brasil, hoje, somente pode ser feita no contexto de redefinição da esfera pública e privada, em um momento de crise e mudança do capitalismo mundial e de sua expressão neste país*" [p.101].

Para nós, a busca constante dos pesquisadores não se restringiu à demonização ou à deificação *in totum* de um setor ou de outro, mas ampliou-se numa tentativa de compreender a dinâmica das crises constantes do capitalismo no processo de continuidade/ruptura do movimento de reestruturação do capital, que vai do fordismo à acumulação flexível e suas implicações no campo educacional brasileiro.